

**AO ILMO. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM.**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 010/2014

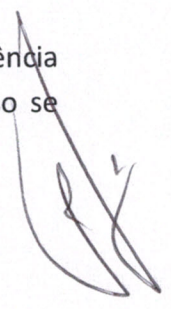
**Objeto: Contratação de empresa para a realização de
obra do sistema de drenagem e pavimentação -
Campus JK da UFVJM - Diamantina (MG).**

COMPANHIA DA OBRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., sediada na Rua Marquês de Maricá, nº 474, bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG, CEP 30.350-070, inscrita no CNPJ sob o nº 00.711.110/0001-61, neste ato representada por seu representante legal, **JOSÉ LUIZ DA SILVA AMORIM**, brasileiro, engenheiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 356.072.036-20, portador de carteira profissional nº 60.100/D e também por seu advogado, nos termos do incluso instrumento de Mandato, cujo endereço profissional é Avenida Prudente de Moraes, nº 287, 15º andar, bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte/MG, CEP 30.310-020 e que esta subscrevem, vem respeitosamente, à presença de V. Sa., com fulcro nas alíneas “a” e “b” do inciso XXXIV do artigo 5º da Constituição da República de 1988, na alínea “a”, do inciso I do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

em razão da decisão prolatada pela Comissão de julgamento da licitação do edital em epígrafe, que **INABILITOU** a empresa Recorrente no processo licitatório em referência, o que faz através dos seguintes fundamentos de fato e direito.

I - DA TEMPESTIVIDADE

1. Inicialmente, cumpre asseverar a tempestividade do presente Recurso.
 2. Consoante se infere do anexo documento, a Recorrente tomou ciência da em 11/12/2014. Logo, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor Recurso se iniciou em 14/12/2014 e se finda em 18/12/2014, data em que é apresentado.
- 

3. Desta forma, apresentado o presente Recurso neste data, indubitável a sua tempestividade, pelo que requer o seu conhecimento e a devida apreciação.

II – DOS FATOS

4. A empresa Recorrente apresentou, no dia 20/11/2014, até as 12h00min, sendo que a abertura ocorreu às 14h30min, tal como previsto no Edital nº 010/2014, a sua proposta e documentação pertinente e necessárias para participar do processo licitatório cujo objeto foi **contratação de empresa para a realização de obra do sistema de drenagem e pavimentação - Campus JK da UFVJM - Diamantina (MG)**.

5. Ocorre que a Douta Comissão Permanente de licitação da UFVJM - Diamantina (MG) entendeu que a Recorrente não poderia ser habilitada, ao argumento de que:

- Não teria apresentado o documento solicitado no item 4.4.2 do Edital;
- Com relação à declaração solicitada no item 4.4.12; teria informado o SALDO dos contratos firmados, em desacordo com o solicitado no Edital (valor total dos contratos), o que inviabilizou a conferência dos cálculos indicados nos itens 4.4.12.1 e 4.4.12.2.1;

6. Em que pese o costumeiro acerto da Comissão Permanente de Licitação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, na presente questão, *concessa maxima venia*, entende a Recorrente que há que se reformar/reconsiderar/revisar a decisão. Vejamos.

III – DO MÉRITO

III.1 – DO DOCUMENTO SOLICITADO NO ITEM 4.4.2

7. O item 4.4.2 do edital em questão assim prevê:

4.4.2 Indicação formal, através de carta/ofício, assinada pelo representante legal da empresa, do nome do R.T. (detentor dos atestados de capacidade técnica, solicitados no item 4.4.1), que será o responsável pela execução da obra, devidamente comprovada através de:

4.4.2.1 Cópia autenticada da Carteira de Trabalho (CTPS), em que conste o licitante como contratante; ou

4.4.2.2 Cópia autenticada do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio; ou

4.4.2.3 Cópia autenticada de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, em que conste o licitante como contratante.

8. A Recorrente apresentou todos os documentos acima descritos, à exceção da CARTA/OFÍCIO assinada pelo representante legal da empresa, com a indicação formal do nome do RT.

9. Nesta oportunidade, a Recorrente, de início, pede a juntada da mencionada carta/ofício assinada pelo representante legal da empresa, cumprindo à risca os preceitos no Edital.

10. Assim sendo, a finalidade prevista no item 4.4.2 fica atingida neste momento, para que seja suprida a ausência de documento específico outrora constado, pelo que deve ser provido o recurso para a habilitação da Recorrente.

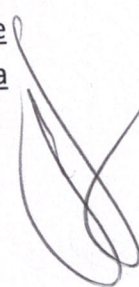
11. De mais a mais, sabido e ressabido que está pacificado no TCU que deve o administrador, em cada caso concreto, cuidar para que afetas ao edital de licitação, notadamente a verificação documental, se faça de maneira objetiva e sem exorbitância, de forma a garantir a participação daqueles que tenham real capacidade potencial para executar a obra ou serviço com a segurança que o interesse público requer.

12. Assim, no caso presente, indiscutível é a presença dos requisitos exigidos, resultando em aplicação perfeita do §1º do Art. 30, da Lei 8.666/93.

13. A Administração Pública tem o poder discricionário de fixar os critérios que possam não só proteger a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, sempre observando a pedra de toque do ato administrativo, a lei, mas com dispositivos que busquem resguardar a administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa o organizacional duvidosa.

14. Dessa forma, plenamente possível que em tempo e modo correto, a Recorrente apresente um único documento exigido entre vários outros, que é a CARTA/OFÍCIO assinada pelo representante legal da empresa, com a indicação formal do nome do RT.

15. Entender de maneira diversa é ilegal e irrazoável, visto que a razão da inabilitação decorreu de mero erro ou irregularidade, que não tem o condão de provocar prejuízo à administração, bem como aos demais licitantes, além de afetar a objetividade do julgamento do certame.



16. De se observar que, dada à simplicidade da matéria ora discutida, sequer merece debate fora do âmbito administrativo, que poderia levar a indesejável atraso na condução do processo licitatório, de grande relevância para a Administração Pública e para os cidadãos brasileiros, notadamente os universitários.

17. Nada obstante isso, para harmonizar o princípio da legalidade e o da proporcionalidade, os agentes administrativos devem interpretar o art. 7º da Lei nº 10.520/02 de maneira ponderada, evitando que ele seja utilizado com excessos, para situações que não merecem tamanha reprimenda, ou seja, a inabilitação.

18. Quer-se dizer que os agentes administrativos, conquanto devam obediência ao prescrito no art. 7º da Lei nº 10.520/02, devem também interpretá-lo de modo consoante aos demais princípios jurídicos informadores da matéria, entre os quais merece destaque o da proporcionalidade. Logo, a referida possibilidade de penalidade, qual seja, a inabilitação, por ser extremamente gravosa, deveria ser aplicada somente nos casos em que se percebe ou há indícios de que o licitante faltoso tenha agido de má-fé tentando arditosamente participar de licitação do qual, de antemão, sabia que não cumpriria os requisitos de habilitação, o que, como comprovado, não é o caso!

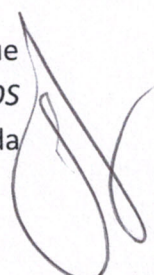
19. HÁ, SALVO MELHOR JUÍZO, CLARO EXCESSO DE RIGORISMO E FORMALISMO EXARCEBADO, TOTALMENTE INJUSTIFICÁVEL NA PRESENTE DECISÃO COMBATIDA, POIS AUSENTE QUALQUER PREJUÍZO! ASSIM SENDO, DE RIGOR A REFORMA DA DECISÃO QUE INABILITOU A RECORRENTE POR INOBSERVÂNCIA AO DOCUMENTO MENCIONADO NO ITEM 4.4.2.

III.2 – DO ERRO MATERIAL
DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO COM NOME EQUIVOCADO,
PORÉM, DE ACORDO E COM CONTEÚDO EM CONFORMIDADE COM EDITAL

20. A Recorrente, na primeira oportunidade que tem, vem esclarecer o erro material havido na proposta que fora entregue.

21. Cumpre esclarecer que ocorre erro material quando, na redação do documento, existe palavra que possa dificultar o entendimento do julgador, que torne difícil dele extrair a verdadeira inteligência ou a exata interpretação.

22. No caso em apreço, apesar de ter constado na documentação entregue quando do certame, embora tenha sido informada a palavra “SALDO DOS CONTRATOS”, o que se quis aduzir e expressar e que deve ser entendido, a bem da verdade, é “**VALOR TOTAL DOS CONTRATOS**”.



23. Explica-se.

24. Quando da elaboração do documento, houve apenas um equívoco de palavras e **NÃO de conteúdo do documento**, eis que constou a palavra "SALDO DOS CONTRATOS", quando na verdade, foi apresentado e SE quis que fosse entendido como sendo o "**VALOR TOTAL DOS CONTRATOS**".

25. Tal fato resta claro através da leitura do teor de tal documento, no qual, se interpretado os dados constantes como se fosse a exigência "**VALOR TOTAL DOS CONTRATOS**", ver-se-á que conferem e convergem para os cálculos previstos nos itens 4.4.12.1 e 4.4.12.2.1, abaixo transcritos:

"4.4.12 Comprovação de patrimônio líquido superior a 1/12 do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada através de declaração acompanhada da relação de compromissos assumidos de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação das propostas não é superior ao patrimônio líquido do licitante (modelo anexo).

4.4.12.1 Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor Total dos Contratos}} > 1$$

Obs: Esse resultado deverá ser superior a 1.

4.4.12.1 A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social.

4.4.12.2 Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar as justificativas ou a Comissão diligenciará o licitante para apresentar as devidas justificativas.


4.4.12.2.1 Fórmula de cálculo

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor Total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}}$$

Obs: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo) em relação à receita bruta, a licitante deverá apresentar as justificativas ou a Comissão diligenciará o licitante para apresentar as devidas justificativas."

26. Repete-se que assim, se impõe reconhecer que, ainda que se considere que a empresa Recorrente não tenha apresentado a documentação COM OS EXATOS DIZERES solicitados, pelos documentos que anexou à sua documentação outrora apresentada, verifica-se que atingiu-se a finalidade da previsão editalícia, não havendo sequer em falar-se em qualquer prejuízo à Administração Pública.

27. ESCLARECIDO ISTO, A PRETEXTO DA CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL NA DOCUMENTAÇÃO OUTRORA ANEXADA A ESTE CERTAME, DEVE SER REFORMADO O ENTENDIMENTO DE QUE A RECORRENTE APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À SUA HABILITAÇÃO, PELO QUE REQUER SEJA REFORMADA A DECISÃO QUE, EQUIVOCADAMENTE, RENOVAVA VENIA, A INABILITOU.



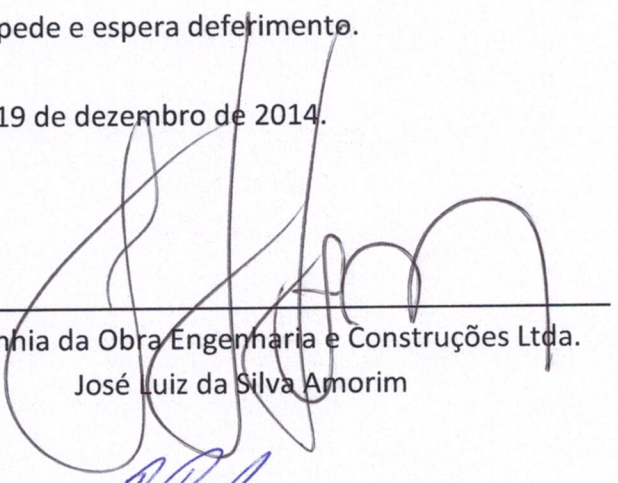
IV – DO PEDIDO

Isto posto, requer-se:

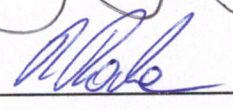
- a. Seja conhecido e provido o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, em todos os seus termos e pelas razões consignadas, **PARA DECLARAR A HABILITAÇÃO DA RECORRENTE TENDO EM VISTA QUE CUMPRIU O EDITAL.**
- b. Se a Douta Comissão não reformar a decisão insurgida, pleiteia-se a remessa do presente Recurso à autoridade superior, em obediência ao trâmite hierárquico previsto no artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, para a qual reitera o pedido de provimento ao RECURSO ADMINISTRATIVO, pelas razões sobreditas.
- c. Por fim, pede seja aplicada o EFEITO SUSPENSIVO em razão deste Recurso, até decisão final de mérito, prorrogando-se seus efeitos na esfera administrativa, até superior apreciação, inclusive em caso de recurso hierárquico, a fim de que se evite prejuízo e grave lesão ao interesse público.

Termos em que pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2014.



Companhia da Obra Engenharia e Construções Ltda.
José Luiz da Silva Amorim

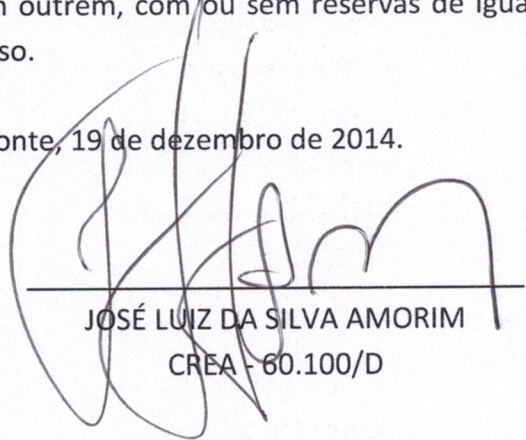


Ricardo Grossi Rocha
OAB/MG 130.006

PROCURAÇÃO

COMPANHIA DA OBRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., sediada na Rua Marquês de Maricá, nº 474, bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG, CEP 30.350-070, inscrita no CNPJ sob o nº 00.711.110/0001-61, neste ato representada por **JOSÉ LUIZ DA SILVA AMORIM**, brasileiro, engenheiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 356.072.036-20, portador de carteira profissional nº 60.100/D, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado **RICARDO GROSSI ROCHA**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/MG sob o nº 130.006, com endereço profissional na Avenida Prudente de Moraes, nº 287, sala 1502, bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte/MG, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *AD JUDICIA EX EXTRA*, em qualquer juízo, instância ou tribunal, sobretudo perante a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, para promover a ampla defesa de seus direitos e interesses referentes ao **ATA DE REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM) PARA ANÁLISE E DECISÃO REFERENTE AO ENVELOPE Nº 01 DA DOCUMENTAÇÃO DE CONCORRÊNCIA Nº 010/2014 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DO SISTEMA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DO CAMPUS JK/UFVJM, EM DIAMANTINA/MG**, até decisão final, agindo em conjunto ou separadamente, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para apresentar requerimentos e recursos administrativos, assinar e receber documentos, requerer senhas, realizar cadastros, pagar impostos e assinar guias, inclusive de transmissão, acordar, concordar, confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber citação inicial, reconhecer a procedência do pedido, renunciar o direito sobre o qual se funda a ação e dar quitação, desistir e atuar perante qualquer Repartição Pública Federal, Estadual e Municipal e suas respectivas autarquias, podendo também fazer cópias de processo administrativo, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2014.



JOSÉ LUIZ DA SILVA AMORIM
CREA - 60.100/D



CONTABILIDADE JOMAR LTDA.

COMPANHIA DA OBRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

12ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ: 00.711.110/0001-61

José Luiz da Silva Amorim, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, residente e domiciliado nesta capital à Rua Santa Catarina nº 883 - Apto. 601 - Bairro Lourdes, CEP: 30.170-080, portador da Carteira de Identidade nº 60.100/D expedida pelo CREA/MG e CPF: nº 356.072.036-20;

Maria Dolores Fernandes Amorim, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, Cirurgiã-Dentista, residente e domiciliada nesta capital à Rua Santa Catarina nº 883 - Apto. 601 - Bairro Lourdes - CEP: 30.170-080, portadora da Carteira de Identidade nº M - 3.024.186 expedida pelo SSP/MG e CPF: nº 518.930.026-91.

Únicos cotistas da sociedade empresária Limitada, denominada "**Companhia da Obra Engenharia e Construções Ltda.**" estabelecida nesta capital à Rua Nunes Vieira, nº 167 - Bairro Santo Antônio - CEP 30.350-120, com contrato social arquivado na JUCEMG sob nº 3120472211-5 em 13/07/1995 e alterações 1.446.213 de 18/04/1996, 1.523.601 de 10/03/1997, 1.617.571 de 24/03/1998, 2.458.274 de 07/08/2000, 2.761.161 de 08/04/2002, 2.921.106 de 26/03/2003, 3.437.107 de 09/12/2005, 3.782.174 de 17/09/2007, 3.818.389 de 05/12/2007, 4.016.016 de 21/11/2008 e 4.717.417 de 08/11/2011 resolvem de comum acordo alterar seus atos constitutivos o que fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

I – DA SEDE DA SOCIEDADE

A sede da sociedade passa a ser à Rua Marquês de Maricá, nº 474 – Bairro Santo Antônio – Cep: 30.350-070 em Belo Horizonte/MG.

TENDO EM VISTA AS MODIFICAÇÕES ORIUNDAS DA PRESENTE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E OBJETIVANDO CONSOLIDAR EM UM SÓ DOCUMENTO SUAS NORMAS O CONTRATO SOCIAL PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

I - DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO

A sociedade continuará sob a denominação de "**Companhia da Obra Engenharia e Construções Ltda.**", estabelecida nesta capital à Rua Marquês de Maricá, nº 474 – Bairro Santo Antônio – Cep: 30.350-070 em Belo Horizonte/MG. O início de suas atividades se deu em 13/07/1995 e seu prazo de duração continua por tempo indeterminado, podendo a mesma ser modificada, ampliada ou dissolvida em qualquer época desde que as partes contratantes combinem entre si.

Continua...



CONTABILIDADE JOMAR LTDA.

Continuação da 11ª Alteração Contratual da firma "Companhia da Obra Engenharia e Construções Ltda."

II - DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Os objetivos sociais são: Construção de obras de concreto armado, pontes, viadutos, túneis, barragens, aeroportos, terraplenagem, pavimentação, obras de artes correntes de drenagens de estradas de rodagem e vias urbanas, infra e superestrutura ferroviárias, contenção em concreto, construção e comercialização de prédios e casas, obras de saneamento básico, locação de máquinas e veículos, execução dos serviços de limpeza urbana, compreendendo: varrição, capina e lavagem de vias públicas, coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e hospitalares, desobstrução de bueiros e operação de aterros sanitários e usinas de reciclagem e compostagem de lixo.

III - DO CAPITAL SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO

O Capital social totalmente subscrito e integralizado é no valor de R\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais) dividido em 6.000.000 (Seis Milhões) de cotas no valor de R\$ 1,00 (Hum Real) cada, ficando assim distribuídas entre cotistas:

José Luiz da Silva Amorim	5.940.000 cotas no valor de	R\$ 5.940.000,00
Maria Dolores Fernandes Amorim	60.000 cotas no valor de	R\$ 60.000,00
TOTAL	6.000.000 cotas no valor de	R\$ 6.000.000,00

IV - DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade dos sócios, nos termos do art. 1052 da Lei 10.406/02 é restrita ao valor de suas quotas.

V - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade é administrada somente pelo sócio **José Luiz da Silva Amorim, Engenheiro Civil, registrado no CREA - MG sob o nº 60.100/D**, que assinará isoladamente e representará a sociedade ativa e passiva, judicial e extra judicialmente.

VI - DA RETIRADA PRÓ-LABORE

Somente o sócio **José Luiz da Silva Amorim**, terá direito a uma retirada mensal a Título de Pró-Labore que será fixada de comum acordo até o máximo permitido pela legislação em vigor.

Continua...



CONTABILIDADE JOMAR LTDA.

Continuação da 11ª Alteração Contratual da firma "Companhia da Obra Engenharia e Construções Ltda."

VII - DA FILIAL

A filial continuará com sua sede à Rodovia BR-285, KM 59,5 - na localidade denominada Barão de Camargo (Zona Rural) – CEP: 36.779-000, no município de Cataguases – MG, e seu prazo de duração será por tempo indeterminado podendo a mesma ser modificada, ampliada ou dissolvida em qualquer época desde que as partes contratantes combinem entre si, e suas atividades iniciarão no ato do registro do presente instrumento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

VIII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADO

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

IX - DA TRANSFERÊNCIA DE COTAS SOCIAIS

Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir a terceiros parte ou totalidade de suas cotas sociais sem o expresse consentimento do outro sócio sob pena de ineficácia da cessão.

X - DA SUCESSÃO

O falecimento de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, que continuará com o sócio remanescente e o cônjuge ou herdeiros de pré-morto.

XI - DO ARTIGO 1.011, § 1º CC/2002

O administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos: ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

XII - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre os cotistas, na impossibilidade de composição amigável, serão aplicadas as leis vigentes da época usos e costumes geralmente observados, ficando eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte - MG como único competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas com a interpretação do presente instrumento.

Continua...

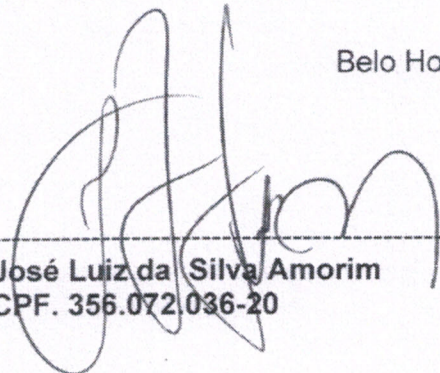


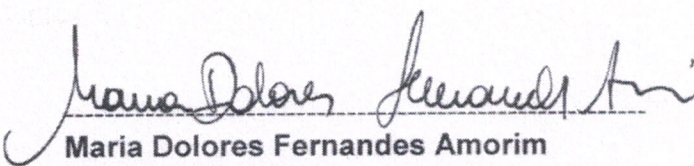
CONTABILIDADE JOMAR LTDA.

Continuação da 11ª Alteração Contratual da firma "Companhia da Obra Engenharia e Construções Ltda."

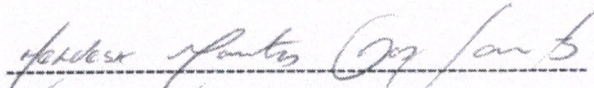
E, por se acharem justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (Três) vias de igual teor juntamente com 02 (Duas) testemunhas.

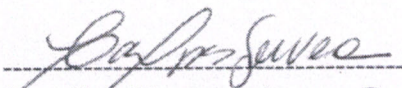
Belo Horizonte, 15 de Maio de 2.012.

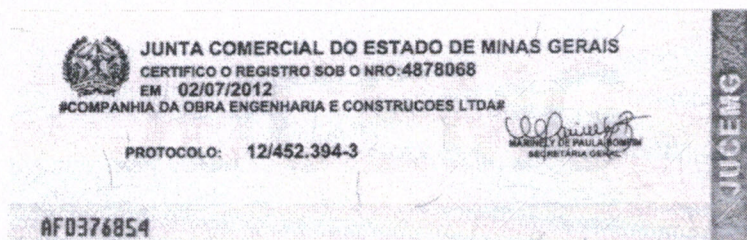

José Luiz da Silva Amorim
CPF. 356.072.036-20


Maria Dolores Fernandes Amorim
CPF 518.930.026-91

Testemunhas:


Hêlides Martins dos Santos
MG - 4.644.601 - SSP/MG



Caroline Massara Lopes Gouvea
MG - 8.605.717 - SSP/MG



**DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

A empresa Companhia da Obra Engenharia e Construções Ltda., CNPJ Nº 00.711.110/0001-61, indica, o Sr. José Luiz da Silva Amorim, Engenheiro Civil, CREA/MG 60.100/D, como responsável técnico pela execução da obra/serviço, caso o objeto da licitação venha a ser contratado como licitante.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2014.



Companhia da Obra Engenharia e Construções Ltda.

José Luiz da Silva Amorim

Sócio Diretor

Empresa certificada:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CREA-MG

CERTIDAO DE REGISTRO E QUITACAO DE PESSOA JURIDICA

NUMERO: 025756/2014.

VALIDA ATE 31 DE MARCO DE 2015

CERTIFICAMOS QUE A PESSOA JURIDICA ABAIXO CITADA ENCONTRA-SE REGISTRADA NESTE CONSELHO, PARA EXERCER ATIVIDADE(S) TECNICA(S) LIMITADA(S) A COMPETENCIA LEGAL DE SEU(S) * RESPONSAVEL(EIS) TECNICO(S) NOS TERMOS DA LEI N. 5194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966. CERTIFICAMOS AINDA, FACE AO DISPOSTO NOS ARTIGOS 67, 68 E 69 DA CITADA LEI, QUE A REFERIDA PESSOA JURIDICA, BEM COMO SEU(S) RESPONSAVEL(EIS) TECNICO(S), ENCONTRAM-SE QUITES COM O CREA-MG, ESTANDO LEGALMENTE HABILITADOS PARA O EXERCICIO DE SUAS ATIVIDADES E QUE A SUA CAPACIDADE TECNICO-PROFISSIONAL E COMPROVADA PELO CONJUNTO DOS ACERVOS TECNICOS DOS PROFISSIONAIS CONSTANTES DE SEU QUADRO TECNICO, O QUAL PODERA SER OBTIDO ATRAVES DA CERTIDAO DE QUADRO TECNICO. CERTIFICAMOS MAIS, QUE PARA EXECUTAR QUAISQUER OBRAS E/OU SERVICOS TECNICOS A PESSOA JURIDICA DEVERA TER A PARTICIPACAO REAL, EFETIVA E INSOFISMABEL DO(S) RESPONSAVEL(EIS) TECNICO(S) A SEGUIR CITADO(S) OBSERVADA A COMPETENCIA LEGAL DE CADA UM DELES, E QUE ESTA CERTIDAO PERDERA A SUA VALIDADE SE OCORRER QUALQUER MODIFICACAO NOS DADOS CADASTRAIS NELA CONTIDOS, APOS A DATA DE SUA EXPEDICAO. * * * * *

ESTA CERTIDAO E PARA FINS DE: DIREITO * * * * *

RAZAO SOCIAL: COMPANHIA DA OBRA ENGENHARIA E CONSTRUcoes LTDA
ENDERECO: RUA MARQUES DE MARICA, 474 SANTO ANTONIO
BELO HORIZONTE - MG CEP: 30350120
CNPJ: 00.711.110/0001-61 PROCESSO: 04070495
REGISTRO NO CREA-MG: 019427 EXPEDIDO EM: 25/09/1995
CAPITAL SOCIAL: R\$6.000.000,00 (SEIS MILHOES DE REAIS)

----- RESPONSAVEL(EIS) TECNICO(S): -----
NOME: JOSE LUIZ DA SILVA AMORIM
TITULO: ENGENHEIRO CIVIL
INCLUIDO COMO RT DA EMPRESA EM 25/09/1995
CARTEIRA: 60100/D EXPEDIDA EM 13/12/1994 PELO CREA-MG
RNP: 1402719264

ATRIBUICOES: LEI: 0000 DECRETO: 00000 RESOLUCAO: 218 ARTIGO: 007 *
DECRETO: 23569 ARTIGO: 028 *
DECRETO: 23569 ARTIGO: 029 *

NOME: CELSO ALVES LINHARES
TITULO: ENGENHEIRO CIVIL
INCLUIDO COMO RT DA EMPRESA EM 13/11/2001
CARTEIRA: 41516/D EXPEDIDA EM 21/07/1986 PELO CREA-MG
RNP: 1402845472

ATRIBUICOES: RESOLUCAO: 218 ARTIGO: 007 *

NOME: ROGERIO DE EDWIGES MIRANDA
TITULO: ENGENHEIRO CIVIL
INCLUIDO COMO RT DA EMPRESA EM 11/08/2006

----- continua ...



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CREA-MG

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

NÚMERO: 025756/2014.

VALIDA ATÉ 31 DE MARÇO DE 2015

CARTEIRA: 69209/D EXPEDIDA EM 05/01/1999 PELO CREA-MG
RNP: 1403437475

ATRIBUIÇÕES: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

ESPECIALIZAÇÃO:

ENGENHARIA DE TRANSPORTES

INST. ENSINO: ESCOLA DE ENGENHARIA KENNEDY - EEK

DT. CONCL. CURSO: 09/12/1997

C SANEAMENTO AMBIENTAL NA ÁREA ENG CIVIL - POS-GRAD L-SENSU

INST. ENSINO: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS - CE
FET-MG

DT. ANOT. CURSO: 08/06/2002 DT. CONCL. CURSO: 02/08/2003

NOME: RONAN SARTI PEIXOTO

TÍTULO: ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO

INCLUÍDO COMO RT DA EMPRESA EM 02/03/2010

CARTEIRA: 117905/D EXPEDIDA EM 17/08/2009 PELO CREA-MG

RNP: 1407615980

ATRIBUIÇÕES: ARTIGO 1 DA RESOLUÇÃO 235/75 DO CONFEA

NOME: CAROLINE MASSARA LOPES GOUVEA

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL

INCLUÍDO COMO RT DA EMPRESA EM 21/01/2011

CARTEIRA: 86238/D EXPEDIDA EM 13/04/2005 PELO CREA-MG

RNP: 1404926860

ATRIBUIÇÕES: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

NOME: FERNANDO DE SOUZA XAVIER

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

INCLUÍDO COMO RT DA EMPRESA EM 23/09/2011

CARTEIRA: 111067/D EXPEDIDA EM 19/12/2008 PELO CREA-MG

RNP: 1406851108

ATRIBUIÇÕES: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

**** OBS: ALERTAMOS, POR FORÇA DO CÓDIGO PENAL E DOS ARTIGOS 90 E 94 DA LEI N. 8666/93,
QUE O PROFISSIONAL CITADO ACIMA É TAMBÉM RESPONSÁVEL TÉCNICO DA(S) SEGUINTE(S) FIRMA(S)
OU EMPRESA(S): * * * * *
A. ASSUNÇÃO E CIA LTDA-ME

----- continua ...



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CREA-MG

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

NÚMERO: 025756/2014.

VALIDA ATÉ 31 DE MARÇO DE 2015

SUDESTE PRE-MOLDADOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - ME

NOME: LUCIANO MAGALHÃES CHAVES

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

INCLUÍDO COMO RT DA EMPRESA EM 06/11/2012

CARTEIRA: 73049/D EXPEDIDA EM 10/08/2000 PELO CREA-MG

RNP: 1404523502

ATRIBUIÇÕES: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA E
ARTIGO 28 E ALÍNEAS B, C, D DO ARTIGO 29 DO DECRETO
FEDERAL 23.569 DE 11.12.1933.

----- OBJETIVO SOCIAL: -----
CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONCRETO ARMADO, PONTES, VIADUTOS, TÚNEIS, BARRAGENS, AEROPORTOS,
TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, OBRAS DE ARTES CORRENTES DE DRENAGENS DE ESTRADAS DE
RODAGEM E VIAS URBANAS, INFRA E SUPERESTRUTURA FERROVIÁRIAS, CONTENÇÃO EM CONCRETO,
CONSTRUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRÉDIOS E CASAS, OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO, LOCAÇÃO DE
MÁQUINAS E VEÍCULOS, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, COMPREENDENDO: * * *
VARRIMENTO, CAPINA E LAVAGEM DE VIAS PÚBLICAS, COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS
DOMICILIARES, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E HOSPITALARES, DESOBSTRUÇÃO DE BUEIROS E OPERAÇÃO
DE ATERROS SANITÁRIOS E USINAS DE RECICLAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXO. * * * * *

----- NOTIFICAÇÃO PREVENTIVA: -----
CERTIFICAMOS QUE A EMPRESA EM EPIGRAFE ESTÁ HABILITADA PARA ATUAR NAS ATIVIDADES DE SEU
OBJETO SOCIAL COM PROFISSIONAL HABILITADO PELO SISTEMA CONFEA/CREA. INFORMAMOS QUE A
EMPRESA DEVERÁ INDICAR OUTRO PROFISSIONAL ANTES DE VIR A EXERCER ATIVIDADES QUE EXTRAPOLEM
AS ATRIBUIÇÕES DO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO, DE ACORDO COM O PREVISTO NOS ART. 6, 'E', ART.
7, CAPUT E P.U., P.U. DO ART 8 E ART. 59 DA LEI 5.194/66 E P.U. DO ART. 13 DA RESOLUÇÃO
336/89 DO CONFEA, SOB PENA DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, CÍVEIS E/OU PENAS APLICÁVEIS A
ESPECIE. * * * * *

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE PELA INTERNET. PARA CONFIRMAR A VERACIDADE DESTAS
INFORMAÇÕES ENTRE EM WWW.CREA-MG.ORG.BR - CERTIDÕES - VALIDAÇÃO DE CERTIDÕES - CERTIDÃO DE
REGISTRO E QUITAÇÃO DE EMPRESAS, COM O NÚMERO 025756/2014. FONE PARA CONTATO 0800-0312732.
EMITIDA EM: 28 DE OUTUBRO DE 2014 * * * * *

E DISPENSÁVEL A ASSINATURA NESTE DOCUMENTO, CONFORME PORTARIA Nº 290 DE 29/11/2012. A
FALSIFICAÇÃO DESTES DOCUMENTOS CONSTITUI-SE EM CRIME PREVISTO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO,
SUJEITANDO O AUTOR À AÇÃO PENAL CABÍVEL. * * * * *

----- FIM -----



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CREA-MG

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA FÍSICA -

NÚMERO: 011459/2014

VÁLIDA ATÉ 31 DE MARÇO DE 2015

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CREA-MG, CERTIFICA QUE O(A) PROFISSIONAL ABAIXO ENCONTRA-SE REGISTRADO(A) NESTE CONSELHO REGIONAL, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº. 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966, COM O(S) TÍTULO(S) ABAIXO, POSSIBILITANDO-O(A) EXERCER SUA PROFISSÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, CIRCUNSCRITA(S) A(S) ATRIBUIÇÃO(ÕES) CONSTANTES DE SEU REGISTRO. * * * * *
CERTIFICAMOS MAIS QUE O(A) CITADO(A) PROFISSIONAL ENCONTRA-SE QUITE COM SUAS ANUIDADES JUNTO AO CREA-MG E NÃO POSSUI AUTO DE INFRAÇÃO-AIN ATÉ A PRESENTE DATA. * * * * *
ESTA CERTIDÃO É PARA FINS DE: DIREITO. * * * * *

----- DADOS DO PROFISSIONAL -----

NOME DO PROFISSIONAL: JOSE LUIZ DA SILVA AMORIM

CARTEIRA: MG-60100/D REGISTRO: 04.0.0000060100 RNP: 1402719264

DATA DO REGISTRO: 13/12/1994

REGISTRO PROVISÓRIO Nº. 04.9.0094000251 NO PERÍODO DE: 25/01/1994 A 25/01/1995

CPF: 356.072.036-20

ENDEREÇO: RUA SANTA CATARINA, 883 - APTO 601

BAIRRO: LOURDES - BELO HORIZONTE - MG

CEP: 30.170-080

----- FORMAÇÃO -----

DATA DA COLAÇÃO DE GRAU: 03/12/1993

ESCOLA: ESCOLA DE ENGENHARIA KENNEDY - EEK

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

----- ATRIBUIÇÕES -----

LEI: 0000 DECRETO: 00000 RESOLUÇÃO: 218 ARTIGO: 007

DECRETO: 23569 ARTIGO: 028

DECRETO: 23569 ARTIGO: 029

ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE CASO OCORRAM QUAISQUER ALTERAÇÕES EM SEUS DADOS ACIMA DESCRITOS. CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE PELA INTERNET. PARA CONFIRMAR A VERACIDADE DESTAS INFORMAÇÕES ENTRE EM WWW.CREA-MG.ORG.BR - SERVIÇOS - CERTIDÃO- VALIDAR CERTIDÕES - CERTIDÃO PROFISSIONAL, COM O NÚMERO 011459/2014. FONE PARA CONTATO 0800-0312732. EMITIDA EM: 21 DE MARÇO DE 2014 * * * * *

E DISPENSÁVEL A ASSINATURA NESTE DOCUMENTO, CONFORME PORTARIA Nº. 290 DE 29/11/2012. A FALSIFICAÇÃO DESTES DOCUMENTOS CONSTITUI-SE EM CRIME PREVISTO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, SUJEITANDO O AUTOR À AÇÃO PENAL CABÍVEL. * * * * *

----- FIM -----

PÁGINA 1 DE 1